

VIGILÂNCIA EM SAÚDE: DESAFIOS PARA O TRABALHADOR RURAL

HEALTH SURVEILLANCE: CHALLENGES FOR RURAL WORKERS

Marinalva Roberto Gomes¹

¹Mestranda em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Pombal-PB. E- mail: marinalvaczroberto@gmail.com. ORCID

RESUMO: Este artigo aborda a vigilância em saúde dos trabalhadores rurais e as condições de trabalho nas áreas rurais do Brasil, destacando os riscos físicos, químicos e psicossociais enfrentados diariamente. Esses trabalhadores estão expostos a intempéries, agrotóxicos e precariedade nas condições de vida e de trabalho. O estudo foi conduzido por meio de pesquisa bibliográfica expositiva e descritiva, utilizando livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais. Dados de Moreira et al. (2015) revelam maior incidência de doenças como hipertensão, artrite, câncer e agravos psicossociais. A análise inclui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), apontando a necessidade de adaptação dessas políticas à realidade do campo. Pesquisas da Fiocruz indicam que a Atenção Primária à Saúde (APS) em áreas rurais é prejudicada pelo subfinanciamento, escassez de profissionais, ausência de profissionais qualificados e alta rotatividade médica, dificultando o acesso a serviços essenciais. O estudo conclui que o fortalecimento da APS e a adequação das políticas públicas são essenciais para o bem-estar dos trabalhadores rurais e para garantir a sustentabilidade das atividades agrícolas, vitais para toda a sociedade.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde. Saúde do Trabalhador. Trabalhador Rural. Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article addresses occupational health surveillance for rural workers and examines the working conditions in rural areas of Brazil, highlighting the physical, chemical, and psychosocial risks they face daily. These workers are exposed to weather adversities, pesticides, and precarious living and working conditions. The study was conducted through expository and descriptive bibliographic research, using books, scientific articles, legislation, and official documents. Data from Moreira et al. (2015) indicate a higher incidence of diseases such as hypertension, arthritis, cancer, and psychosocial disorders among rural workers. The analysis also covers the National Policy on Workers' Health (PNSTT) and the National Policy for Comprehensive Health of Populations from Rural Areas and Forests (PNSIPCF), emphasizing the need to align these policies with the realities of rural life. Research conducted by Fiocruz reveals that Primary Health Care (PHC) in rural areas

faces underfunding, a shortage of professionals, and high medical turnover, limiting workers' access to essential healthcare services. The study concludes that strengthening PHC and adapting public policies are fundamental to ensuring the well-being of rural workers and promoting the sustainability of agricultural activities, which are essential to society.

Keywords: Occupational Health Surveillance. Workers' Health. Rural Workers. Public Policies.

INTRODUÇÃO

As atividades agrícolas têm grande importância na economia e desempenham um papel essencial para a sobrevivência de toda a sociedade, já que é delas que vem o alimento e a matéria-prima usada em muitos produtos industrializados. Nesse contexto, é válido afirmar que o trabalhador rural exerce funções igualmente relevantes, enfrentando, muitas vezes, condições de trabalho precárias e arriscadas.

Expostos ao sol, à chuva e a outras intempéries, os trabalhadores rurais operam máquinas e lidam diretamente com fertilizantes e agrotóxicos, colocando sua saúde e bem-estar em risco diariamente; além disso, essa população está afastada das regiões urbanas e, conseqüentemente, sem acesso facilitado aos atendimentos preventivos e emergenciais de saúde, dos serviços sociais e do comércio (MOREIRA et al., 2015). Essa população específica de trabalhadores somam, segundo Moreira e outros autores, “30 milhões de pessoas submetidas a riscos e agravos das condições de trabalho agrícola, equivalente a cerca de 20% da população economicamente ativa do país” (2015, p. 1699).

As situações apresentadas acima, expõem características específicas para as atividades realizadas pelo trabalhador rural, o que os diferenciam dos demais trabalhadores que atuam nas áreas urbanas e evidenciam dados alarmantes de doenças ocupacionais e casos de mortalidades no campo (MOREIRA et al., 2015; HENNINGTON et al., 2024.). Essas questões exigem uma atenção especial de proteção voltadas para as pessoas que exercem atividades na agricultura. Nesse contexto foi instituída a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), que visa garantir condições adequadas de saúde e segurança para todos os trabalhadores, incluindo aqueles que atuam na área rural.

Políticas públicas como a PNSTT e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), reconhecem as particularidades da vida no campo. A população de trabalhadores rurais no Brasil enfrenta diversas condições insalubres além das desigualdades sociais e da precariedade dos serviços públicos. Muitos trabalham na informalidade, com baixa remuneração e pouca ou nenhuma segurança no emprego. A baixa escolaridade é uma realidade comum, dificultando o acesso a outras oportunidades de renda.

Somados a esse cenário, a ausência de infraestrutura básica em muitas casas de agricultores, como redes de esgoto sanitário e água encanada, especialmente em regiões isoladas, agrava os problemas de saúde (BRASIL, 2013).

A Lei Orgânica nº 8080/1990 define a vigilância em saúde do trabalhador como:

...um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (BRASIL, 1990).

Segundo a mesma lei, a vigilância em saúde envolve um conjunto de ações e serviços que compõem o campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), e dentre as suas competências, destaca-se a responsabilidade pela normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que possam representar riscos à saúde do trabalhador (BRASIL, 1990).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo essencial propor reflexões sobre os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais e apresentar quais perspectivas mostram-se aparentes no sentido de ampliar sua proteção e vigilância sobre sua saúde e dessa forma promover a saúde dessa população. A promoção da saúde e a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores rurais, objetivam não apenas garantir seu bem-estar, mas tem relevância também ao contribuir para um desenvolvimento sustentável nas atividades agrícolas, essenciais para toda sociedade.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas de caráter exploratório e descritivo, utilizando referências acadêmicas como livros e artigos científicos, além de documentos oficiais e legislações sobre vigilância na saúde do trabalhador rural. A abordagem metodológica se valeu do modelo proposto por Gil (2002), que destaca a importância da pesquisa bibliográfica para compreender fenômenos amplos, sendo necessário a consulta a diferentes fontes e tipos de documentos.

Segundo Gil (2002), esse modelo de abordagem oferece benefícios, quando se trata de analisar dados dispersos pelo espaço geográfico, facilitando assim o acesso às informações regionais e contextualizadas com a realidade local. Quanto às análises, Lakatos e Marconi (2003) foram considerados como referência, para a interpretação das hipóteses sobre os dados levantados, que requer capacidade crítica por parte do pesquisador. Assim tornou-se viável identificar os principais desafios enfrentados na implementação das políticas públicas na área rural, os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais e as propostas para melhorar a

eficácia da vigilância em saúde dos trabalhadores agrícolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por definição, o trabalhador rural é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural para desempenhar atividades em áreas rurais (BRASIL, 1973). Miranda (2022, p. 2) acrescenta que essas atividades podem ser realizadas “por conta própria pelo trabalhador rural em sua propriedade ou como arrendatário, parceiro ou meeiro”.

A partir das leituras bibliográficas realizadas, pode se concluir que o trabalhador rural está exposto a diversas condições de trabalho e modos de vida que impactam sua saúde física e mental. Os problemas físicos de saúde ocorrem por diversos fatores, como: condições precárias de trabalho, desconhecimento das técnicas de manuseio das ferramentas e utensílios de trabalho, postura inadequada. Mas, segundo Moreira et al. (2015), essa população também é vítima de agravos relacionados a transtornos psicossociais.

Moreira e outros autores (2015) realizaram uma pesquisa comparativa entre trabalhadores rurais e urbanos, revelando maior prevalência de determinadas doenças entre aqueles que atuam no campo.

A tabela abaixo apresenta os principais dados:

Doença	Possibilidade de Ocorrências
Doenças de coluna ou costas	42% maior incidência
Hipertensão arterial	35% maior incidência
Artrite ou reumatismo	79% maior incidência
Diabetes	3,9% (não agrícola) contra 2,8% (agrícola)
Tendinite ou tenossinovite	2,3% (não agrícola) contra 1,5% (agrícola)
Câncer	Possibilidade 2 x maior entre trabalhadores agrícolas

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Os dados apresentados destacam que os trabalhadores rurais, além de lidarem com riscos físicos e químicos, estão sujeitos a condições de trabalho que impactam profundamente sua saúde. As incidências relevantes de doenças como problemas na coluna ou costas, hipertensão, artrite e câncer entre os trabalhadores do campo expõe as vulnerabilidades desse grupo.

Distantes dos centros urbanos e limitados por serviços escassos ou inexistentes do

transporte urbano, esses trabalhadores encontram dificuldades para acessar os serviços de saúde adequados e apoio socialessenciais. A falta de atendimento preventivo, emergencial e especializado, e outras questões como “a baixa escolaridade, desigualdade de renda, condições precárias de moradia, sobrecarga de trabalho” (MIRANDA, 2022, p. 3) contribuem para agravar ainda mais sua condição de saúde, exigindo maior atenção da vigilância em saúde voltada para aquela população.

O cenário descrito sobre os trabalhadores rurais requer a necessidade de adequação das políticas públicas direcionadas para as áreas rurais para que se possa ampliar e garantir maior eficácia nos serviços de saúde àquela população. Uma pesquisa realizada pela Fiocruz, em parceria com outras instituições, constatou que “a Atenção Primária à Saúde (APS) em áreas rurais e remotas sofre com o subfinanciamento do SUS, a escassez de profissionais, e a alta rotatividade de médicos” (MONTEIRO, 2022).

Os pesquisadores destacam ainda as limitações geográficas e as desigualdades dentro dos próprios municípios, que dificultam ainda mais o acesso aos serviços de saúde – “a área do interior é mais dispersa e desconcentrada, por isso é muito mais difícil organizar os serviços de saúde ali”, relata a pesquisadora da ENSP e uma das coordenadoras do estudo, Márcia Fausto.

Por fim, a pesquisa da Fiocruz aponta para a necessidade de se pensar estratégias de APS que facilite o acesso aos serviços de saúde e que sejam adequados à realidade local para promover uma atenção integral e resolutiva; ampliação do acesso às tecnologias para facilitar alguns atendimentos remotos é outra ação citada pelos pesquisadores. E concluem que fortalecer os serviços da Atenção Primária à Saúde é essencial para garantir a continuidade do cuidado e evitar que as populações rurais optem por não buscar atendimento devido às dificuldades enfrentadas (MONTEIRO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores rurais sofrem todo tipo de desigualdade social. Além das condições de vida limitada que prejudicam seu bem estar, também sofrem com as consequências de um trabalho desgastante e mal remunerado. É imprescindível que se amplie a Atenção Primária à Saúde nas áreas rurais e melhorem as condições de vida no campo e tornem mais dignas as condições de trabalho. Somente assim será possível fortalecer a saúde dessa população e garantir que eles recebam o cuidado que merecem.

As condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores rurais exigem uma atenção urgente das políticas públicas. É fundamental que essas políticas sejam adaptadas à realidade do campo, garantindo um acesso mais fácil aos serviços de saúde e promovendo o bem-estar

dessa população. Cuidar da saúde dos trabalhadores no campo não é apenas uma questão de justiça social, mas também um passo importante para assegurar a sustentabilidade das atividades agrícolas, que impactam na vida de todos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Dispõe sobre o trabalho rural. Diário Oficial da União; 1973.

Brasil. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>. [Acesso em: 27 out. 2024].

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. 1ª ed. 1ª reimp. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2013.

Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas; 2002.

Hennington ÉA, Santos GB, Pasche DF. Dez anos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e os desafios da formação para (trans)formação do trabalho. Rev Bras Saude Ocup. 2024;49. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-63>.

Marconi MA, Lakatos EM. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas; 2003.

Miranda SVC, Oliveira PSD, Moraes VCM, Vasconcellos LCF. Necessidades e reivindicações de homens trabalhadores rurais frente à atenção primária à saúde. Trab Educ Saude. 2020;18(1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00228>.

Monteiro D. Comunidades rurais remotas carecem de políticas públicas adequadas às realidades locais. Fiocruz; 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. [Acesso em: 27 out. 2024].

Moreira JPL, Oliveira BLCA, Muzi CD, Cunha CLF, Brito AS, Luiz RR. A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. Cad Saúde Pública. 2015 ago;31(8):1698-1708. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00105114>.